ANÁLISE DA QUINZENA

Agricultura Brasileira: uma avaliação prospectiva

As recentes medidas de política econômica tomadas no final de 1976 têm produzido as esperadas reações de antagonismo dos diversos setores da economia brasileira. Estas medidas representam o início de um processo de ajustamento de nossa realidade ao novo contexto econômico mundial, exigindo o realinhamento da taxa interna de inflação e o saneamento da dívida externa. A agricultura, atingida direta e indiretamente, também tem participado do quadro de lamentações. No entanto, vale a pena avaliar até que ponto haverá real prejuízo para o setor primário.

O aumento das taxas de juros afetou as agroindústrias por elevar seus custos financeiros. Em alguns casos, o problema foi agravado pela anterior implantação de um sistema de incentivos à ampliação de capacidade, destinada ao atendimento de um número crescente de clientes externos. A crise do petróleo, e depois a lenta recuperação mundial, condicionaram o fraco desempenho das exportações e, agora, o alto custo do dinheiro prejudica a amortização dos investimentos realizados na época de "boom". Outra medida - a extinção do subsídio de 40% aos fertilizantes - terá pouca influência sobre a safra a ser colhida em 77. Excetuado o trigo, as grandes culturas anuais já se beneficiaram do subsídio. Não obstante, o corte do subsídio deverá afetar a intenção de plantio para a safra de 1977/78.

Não restam dúvidas de que estas medidas trarão algum prejuízo à produção agrícola. Contudo, o fator que realmente potencializa os efeitos negativos das medidas ora tomadas é a estrutura de produção da agricultura brasileira. O setor primário, e o complexo industrial que o apoia, se têm caracterizado por uma proteção crescente, que estimula e protege a ineficiência. Observe-se,por exemplo, o caso da indústria de fertilizantes. Ao longo de todo o período em que vigorou o subsídio de 40%, muitas fábricas não modificaram seu processo produtivo de modo a acomodar a eliminação da ajuda governamental. Usando grande parte de importados como matéria-prima,

não se conseguiu que o preço interno secundasse as quedas do preço internacional.

Diante da magnitude dos obstáculos estruturais ao desenvolvimento do setor, parece injustificada a grande publicidade que se tem dado às últimas medidas de política, cujos efeitos não ultrapassam um horizonte de curto prazo. Um sumaríssimo retrospecto de 1976 indica a ocorrência de outros eventos mais relevantes por seu impacto negativo a médio e longo prazos, embora tenham sido menos evidenciados. Senão vejamos:

- em meados de 76 o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) sancionou o Ato nº 38 que visava remunerar os produtores de cana nordestinos segundo o rendimento da matéria-prima. Era um primeiro passo no sentido de se eliminar gradualmente uma política ineficaz de subsídio no pagamento da cana, independentemente de sua produtividade. No último trimestre, ocorreu a revogação do Ato. Eliminou-se, assim, um instrumento capaz de estimular uma renovação tecnológica que elevaria o rendimento físico da cultura;
- o setor pecuário também experimentou sérias dificuldades de ordem estrutural. Por vezes, o governo conseguiu contornar o problema, como foi o caso do reescalonamento das dívidas junto ao ex-CONDEPE. Mas o Programa de Renovação de Pastagens (PRONAP) ficou paralizado por anemia orçamentária, e o programa de estoques reguladores não conseguiu evitar a descapitalização do rebanho;
- cortes significativos nas áreas de pesquisa e extensão rural postergaram o imenso esforço do governo em dotar a agricultura de um aparato tecnológico compatível com sua potencialidade.

- diversos impasses nas negociações sobre a exploração de jazidas têm retardado a concretização do Plano Nacional de Fertilizantes e Calcários Agrícolas (PNFCA) no prazo previsto, apesar do manifesto interesse da iniciativa privada em participar desse empreendimento.

Estes fatos dão uma medida das dificuldades do governo em atacar o principal problema da agricultura brasileira.

A problemática do setor em 77 encontra explicação na própria concepção do desenvolvimento brasileiro, que acentua o papel do setor secundário, enquanto a agricultura é tratada como mero coadjuvante, embora indispensável à viabilização dos objetivos programados. Segundo as linhas mestras adotadas, a industrialização se alimenta em incentivos à exportação de manufaturados e na substituição de importações. Ainda assim, os produtos primários continuam responsáveis pela manutenção do processo de desenvolvimento, na medida em que respondem pela maior parcela de receita cambial oriunda das exportações e mantêm abastecida a mão-de-obra urbana. A preocupação com o recrudescimento da inflação e com os desajustes no balanço de pagamentos, embora legítima, obriga a adoção das medidas consistentes com o modelo escolhido, porém não necessariamente compatíveis com a expansão do setor que afiança o modelo. Se as decisões atendem à necessidade de controle monetário, poderão também prejudicar o balanço comercial do país por diminuir a competitividade dos produtos primários.

Medidas simplesmente compensatórias não serão capazes de redimensionar o papel do setor agrícola no contexto futuro de nosso desenvolvimento. Prevalece, entretanto, a sua razão de ser enquanto perdurar a atual estrutura produtiva. A agricultura poderia se expandir na ausência dessas medidas desde que dotada de tecnologia eficiente e menos dependente de fatores aleatórios.

A perspectiva para o biênio 77/78 parece agravada com as especulações sobre o encarecimento do crédito rural. Argumenta-se que os custos de produção e comercialização sofrerão ...

pacto adicional, prejudicando os produtores. A evidência tem mostrado, todavia, que o subsídio advindo do crédito rural é uma variável de influência bastante relativa nas decisões de plantio (vide Notas Estatísticas, pg. 11). O volume de crédito desviado para o mercado financeiro e a existência de ponderável número de produtores que acabam pagando o custo de mercado confirmam este ponto de vista. Importa considerar, também, que a especulação quanto a possíveis medidas restritivas é que alimenta e expande as dificuldades futuras. As cogitações, algumas vezes alarmantes, quanto aos próximos anos, criam expectativas que magnificam a desaceleração econômica do setor.

É razoável esperar menores taxas de crescimento da agricultura nos próximos anos. O comportamento do balanço comercial estabelecerá o limite inferior de redução desta taxa: a superveniência de deficits acentuados induzirão ao uso de novas medidas protecionistas, a menos que a agricultura deixe de atuar como mero coadjuvante no processo de desenvolvimento.

*****
****
***
*